

CONGRESSO NACIONAL

00130

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	,			
Q 7 Data		5.5 M. D	Proposição	2 /2012
2+109 120	12	Medida Prov	isória nº 58.	<u> </u>
		Autor OO KAEFER		N° do prontuário 451
1 Supressiva	2. Substitutiva	□ 3. □ Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
Página 1/2	Art.	Parágrafo TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	Inciso	Alinea
		TEATO / JUSTIFICAÇÃO		
vigorar co	m a seguinte re	à Medida Provisóri e dação: o 9.718, de 27 de novem		
ou inferior a milhões e q calendário ar	R\$ 78.000.000,00 uinhentos mil reais	receita bruta total, no and (setenta e oito milhões d) multiplicado pelo nún rior a 12 (doze) meses, po	de reais), ou a RS nero de meses de	6 6.500.000,00 (seis e atividade do ano
Art. 2.º O a redação:	rt. 14, I, da Lei nº	9.718, de 27 de novem	oro de 1998,vigor	ará com a seguinte
"Art. 14			***************************************	***************************************
(setenta e o	eita total, no ano-ca ito milhões de reais (doze) meses;".	lendário anterior seja su), ou proporcional ao ni	perior ao limite d ímero de meses o	e R\$ 78.000.000,00 lo período, quando
Art. 3°. Esta janeiro do ar	Lei entra em vigor no seguinte ao de sua	na data de sua publicação a publicação. Sala das Sess	o, produzindo efei o o dezembro	tos a partir de 1º de de 2010.
		JUSTIFICAÇÃO		
e que se es enquadradas	stende à Contribuiç	tributação pelo Imposto ão Social sobre o Lucr aspecto muito important anto ao Fisco.	o Líquido (CSLL)) para as empresas
соріво —		NOME DO PARLAMENT	TAR	UF PARTIDO
451		ALFREDO KAEFER		PR PSDB

Recebido em 27/09/2010, ds 16:30

Rodrigo Bedritichuk - Mat. 220842

2<u>7 09</u>12012



DATA — 27*1*0912012

ETIQUETA	

Autor ALFREDO KAEFER 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global Página 26 Art. Parágrafo Inciso Alínea TEXTO / JUSTIFICAÇÃO Para o contribuinte, o regime simplifica enormemente o cumprimento da obrigação tributária, reduzindo em muito o trabalho e os custos envolvidos na coleta e arquivo de documentos a que estão sujeitas as empresas enquadradas no regime do lucro real. Para o Fisco, o regime diminui consideravelmente o trabalho de aferição do imposto devido e de fiscalização dos contribuintes. Entre outras restrições, o regime de lucro presumido aplica-se a empresas que não são de grande porte. O limite atual para o enquadramento é de uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), estabelecido ao final de 2002, pelo artigo 46 da Lei nº 10.637, de 30/12/2002, que alterou os artigos 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, promovendo uma elevação do limite anterior. Passados oito anos, nova elevação se impõe, para evitar que empresas sejam excluídas desse regime ou não possam optar pelo mesmo. O critério utilizado foi baseado numa atualização pelo IPCA do IBGE, cujos cálculosenvolveram a inflação entre dezembro de 2002 e novembro de 2010, mais uma estimativa de inflação de 0,60% em dezembro de 2010 e de 5,21% em 2011, conforme estimativas do último holetim Encrus do Ranco Central	ALFREDO KAEFER 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo globa Página 26 Art. Parágrafo Inciso Alínea TEXTO / JUSTIFICAÇÃO Para o contribuinte, o regime simplifica enormemente o cumprimento da obrigação tributária, reduzindo em muito o trabalho e os custos envolvidos na coleta e arquivo de documentos a que estão sujeitas as empresas enquadradas no regime do lucro real. Para o Fisco, o regime diminui consideravelmente o trabalho de aferição do imposto devido e de fiscalização dos contribuintes. Entre outras restrições, o regime de lucro presumido aplica-se a empresas que não são de grande porte. O limite atual para o enquadramento é de uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), estabelecido ao final de 2002, pelo artigo 46 da Lei nº 10.637, de 30/12/2002, que alterou os artigos 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, promovendo uma elevação do limite anterior. Passados oito anos, nova elevação se impõe, para evitar que empresas sejam excluídas desse regime ou não possam optar pelo mesmo. O critério utilizado foi baseado numa atualização pelo IPCA do IBGE, cujos cálculosenvolveram a inflação entre dezembro de 2002 e novembro de 2010, mais uma	27 Proposição Medida Provisória nº 582/2012							
Para o contribuinte, o regime simplifica enormemente o cumprimento da obrigação tributária, reduzindo em muito o trabalho e os custos envolvidos na coleta e arquivo de documentos a que estão sujeitas as empresas enquadradas no regime do lucro real. Para o Fisco, o regime diminui consideravelmente o trabalho de aferição do imposto devido e de fiscalização dos contribuintes. Entre outras restrições, o regime de lucro presumido aplica-se a empresas que não são de grande porte. O limite atual para o enquadramento é de uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), estabelecido ao final de 2002, pelo artigo 46 da Lei nº 10.637, de 30/12/2002, que alterou os artigos 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, promovendo uma elevação do limite anterior. Passados oito anos, nova elevação se impõe, para evitar que empresas sejam excluídas desse regime ou não possam optar pelo mesmo. O critério utilizado foi baseado numa atualização pelo IPCA do IBGE, cujos cálculosenvolveram a inflação entre dezembro de 2002 e novembro de 2010, mais uma estimativa de inflação de 0,60% em dezembro de 2010 e de 5,21% em 2011, conforme	Para o contribuinte, o regime simplifica enormemente o cumprimento da obrigação tributária, reduzindo em muito o trabalho e os custos envolvidos na coleta e arquivo de documentos a que estão sujeitas as empresas enquadradas no regime do lucro real. Para o Fisco, o regime diminui consideravelmente o trabalho de aferição do imposto devido e de fiscalização dos contribuintes. Entre outras restrições, o regime de lucro presumido aplica-se a empresas que não são de grande porte. O limite atual para o enquadramento é de uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 48.000.000,000 (quarenta e oito milhões de reais), estabelecido ao final de 2002, pelo artigo 46 da Lei nº 10.637, de 30/12/2002, que alterou os artigos 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, promovendo uma elevação do limite anterior. Passados oito anos, nova elevação se impõe, para evitar que empresas sejam excluídas desse regime ou não possam optar pelo mesmo. O critério utilizado foi baseado numa atualização pelo IPCA do IBGE, cujos cálculosenvolveram a inflação entre dezembro de 2010 e de 5,21% em 2011, conforme estimativa de inflação de 0,60% em dezembro de 2010 e de 5,21% em 2011, conforme estimativas do último boletim Focus, do Banco Central.			EFER		•			
Para o contribuinte, o regime simplifica enormemente o cumprimento da obrigação tributária, reduzindo em muito o trabalho e os custos envolvidos na coleta e arquivo de documentos a que estão sujeitas as empresas enquadradas no regime do lucro real. Para o Fisco, o regime diminui consideravelmente o trabalho de aferição do imposto devido e de fiscalização dos contribuintes. Entre outras restrições, o regime de lucro presumido aplica-se a empresas que não são de grande porte. O limite atual para o enquadramento é de uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), estabelecido ao final de 2002, pelo artigo 46 da Lei nº 10.637, de 30/12/2002, que alterou os artigos 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, promovendo uma elevação do limite anterior. Passados oito anos, nova elevação se impõe, para evitar que empresas sejam excluídas desse regime ou não possam optar pelo mesmo. O critério utilizado foi baseado numa atualização pelo IPCA do IBGE, cujos cálculosenvolveram a inflação entre dezembro de 2002 e novembro de 2010, mais uma estimativa de inflação de 0,60% em dezembro de 2010 e de 5,21% em 2011, conforme	Para o contribuinte, o regime simplifica enormemente o cumprimento da obrigação tributária, reduzindo em muito o trabalho e os custos envolvidos na coleta e arquivo de documentos a que estão sujeitas as empresas enquadradas no regime do lucro real. Para o Fisco, o regime diminui consideravelmente o trabalho de aferição do imposto devido e de fiscalização dos contribuintes. Entre outras restrições, o regime de lucro presumido aplica-se a empresas que não são de grande porte. O limite atual para o enquadramento é de uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 48.000.000,000 (quarenta e oito milhões de reais), estabelecido ao final de 2002, pelo artigo 46 da Lei nº 10.637, de 30/12/2002, que alterou os artigos 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, promovendo uma elevação do limite anterior. Passados oito anos, nova elevação se impõe, para evitar que empresas sejam excluídas desse regime ou não possam optar pelo mesmo. O critério utilizado foi baseado numa atualização pelo IPCA do IBGE, cujos cálculosenvolveram a inflação entre dezembro de 2002 e novembro de 2010, mais uma estinativa de inflação de 0,60% em dezembro de 2010 e de 5,21% em 2011, conforme estimativas do último boletim Focus, do Banco Central.	Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. ☐ Aditiva 5.	Substitutivo global			
Para o contribuinte, o regime simplifica enormemente o cumprimento da obrigação tributária, reduzindo em muito o trabalho e os custos envolvidos na coleta e arquivo de documentos a que estão sujeitas as empresas enquadradas no regime do lucro real. Para o Fisco, o regime diminui consideravelmente o trabalho de aferição do imposto devido e de fiscalização dos contribuintes. Entre outras restrições, o regime de lucro presumido aplica-se a empresas que não são de grande porte. O limite atual para o enquadramento é de uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), estabelecido ao final de 2002, pelo artigo 46 da Lei nº 10.637, de 30/12/2002, que alterou os artigos 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, promovendo uma elevação do limite anterior. Passados oito anos, nova elevação se impõe, para evitar que empresas sejam excluídas desse regime ou não possam optar pelo mesmo. O critério utilizado foi baseado numa atualização pelo IPCA do IBGE, cujos cálculosenvolveram a inflação entre dezembro de 2002 e novembro de 2010, mais uma estimativa de inflação de 0,60% em dezembro de 2010 e de 5,21% em 2011, conforme	Para o contribuinte, o regime simplifica enormemente o cumprimento da obrigação tributária, reduzindo em muito o trabalho e os custos envolvidos na coleta e arquivo de documentos a que estão sujeitas as empresas enquadradas no regime do lucro real. Para o Fisco, o regime diminui consideravelmente o trabalho de aferição do imposto devido e de fiscalização dos contribuintes. Entre outras restrições, o regime de lucro presumido aplica-se a empresas que não são de grande porte. O limite atual para o enquadramento é de uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), estabelecido ao final de 2002, pelo artigo 46 da Lei nº 10.637, de 30/12/2002, que alterou os artigos 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, promovendo uma elevação do limite anterior. Passados oito anos, nova elevação se impõe, para evitar que empresas sejam excluídas desse regime ou não possam optar pelo mesmo. O critério utilizado foi baseado numa atualização pelo IPCA do IBGE, cujos cálculosenvolveram a inflação entre dezembro de 2002 e novembro de 2010, mais uma estimativa de inflação de 0,60% em dezembro de 2010 e de 5,21% em 2011, conforme estimativas do último boletim Focus, do Banco Central.	Página 2/2			Inciso	Alínea			
	estimativas do último boletim Focus, do Banco Central.	Entre outras resporte. O limite 48.000.000,00 (Lei nº 10.637, novembro de 1 Passados oito a regime ou não portiério u cálculosenvolves	strições, o regime de lucro atual para o enquadramen quarenta e oito milhões de de 30/12/2002, que alt 298, promovendo uma ele unos, nova elevação se in cossam optar pelo mesmo tilizado foi baseado n ram a inflação entre de	presumido aplicanto é de uma rece e reais), estabelecia erou os artigos 1 evação do limite ar enpõe, para evitar enuma atualização ezembro de 2002	ese a empresas que nita bruta anual igual do ao final de 2002, j 3 e 14 da Lei nº di aterior. que empresas sejam pelo IPCA do le novembro de 2	ão são de grande ou inferior a R\$ pelo artigo 46 da 9.718, de 27 de excluídas desse IBGE, cujos 2010, mais uma			
	451 ALFREDO KAEFER PR P	со́віво			R —				

- ASSINATURA -

300